



“A LUTA CONTRA O RACISMO É PARTE FUNDAMENTAL DA LUTA DO CONJUNTO DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL”

Como parte da “Campanha Sou Docente Antirracista”, criada pelo ANDES-SN e reafirmada pela APES, compartilhamos com nossa base as reflexões da professora Sonia Lucio Rodrigues de Lima[1]. A partir de sua trajetória como docente de universidade pública e militante sindical, a autora aborda a presença do racismo nas instituições públicas de ensino e apresenta, a partir do histórico de luta e resistência, os caminhos para a equidade racial e social na educação[2].

Fui professora da Universidade Federal Fluminense de 1991 até 2016 e durante o início do magistério, me dei conta de que eu era uma das poucas professoras negras da universidade. Fiquei incomodada com isso e conversei a respeito deste meu incômodo com companheiros/as do movimento docente. Alguns dos meus/minhas companheiros/as me responderam que essa não era uma questão prioritária e que o sindicato deveria se centrar nas lutas da nossa classe. Fiquei pensando que, talvez, eles/elas tivessem razão. E só tempos depois, com a ajuda das lutas e debates do movimento negro, do movimento feminista e do próprio movimento docente, passei a confrontar essa velha tese de um setor da esquerda que afirmava, de forma simplista, que a questão do combate ao racismo e sua reprodução no interior de uma instituição de ensino pública não era relevante para a luta de classe, e que na sociedade socialista esses problemas serão superados. Tal tese negava a importância central da existência de hierarquizações raciais e de gênero na estruturação da totalidade das relações sociais no nosso país.

[1] Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense entre 1991 e 2016. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutora em Pesquisa e Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004).

[2] Texto apresentado na Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF) em palestra de lançamento da Campanha " Sou do docente antirracista".

**Foto da professora Sonia: Luiz Fernando Nabuco. Foto da capa: Estela Loth.*

Isto é, os/as representantes deste pensamento não compreendiam que não são o feminismo e as lutas antirracistas que dividem a nossa classe e sua luta. Quem divide a classe trabalhadora é o racismo, o machismo, a xenofobia, a lgbtfobia, entre outros mecanismos utilizados para estimular a divisão entre os trabalhadores/as. Mas, ainda hoje existem dificuldades para a elaboração de uma prática política e sindical alinhada com a leitura de que, em países como o Brasil, o racismo e o sexismo não são apenas um elemento de sua dinâmica social, mas sim, seus organizadores.

A existência de tão poucos docentes negros/as e, naquela época, pouquíssimos estudantes negros/as na universidade tem a ver com a existência do racismo como elemento estruturador do capitalismo na sociedade brasileira e sua reprodução nas instituições.

A universidade brasileira é uma instituição historicamente criada para formar os filhos/as da classe dominante do país. Portanto, ela não está imune às relações sociais marcadas pelo racismo da estrutura social brasileira. Ao contrário, a maioria dos/as estudantes, docentes e técnicos administrativos e, certamente, os trabalhadores/as terceirizados/as negros/as sofreu, sofre e/ou presenciou racismo no interior destas Instituições. Este ocorre por meio de ofensas diretas, piadas, segregação nas atividades acadêmicas, tratamento diferenciado, dentre outras formas.

Muitas vezes, as agressões racistas passam despercebidas das pessoas. Aparecem, por exemplo, em critérios subjetivos atribuídos nas avaliações ou no descrédito às falas e comentários feitos em sala de aula, ou em reuniões e assembleias. Mesmo o discriminador/a, algumas vezes, não percebe isso, mas está inserido nele o olhar e as atitudes movidas pelo racismo. Quando você fala da inserção do negro/a em qualquer atividade, quando há um avaliador branco do outro lado, provavelmente, este avaliador aumentará o rigor do seu julgamento, porque desconfia se aquele trabalhador/a ou estudante negro/negra será capaz de dar conta da tarefa.



Partem de uma representação ideológica de que a população branca, oriunda da classe média, possui uma propensão a deter uma boa índole, cultura superior, apreço ao trabalho e valores éticos e civilizatórios. Enquanto a população negra tende a possuir má índole, uma cultura inferior e um certo desprezo ao trabalho e aos valores éticos e civilizatórios. Expressando, assim, uma representação social na qual os brancos seriam dotados dos predicados para governar e ter acesso aos melhores postos de trabalho.

Mas, há ainda outra manifestação de racismo nas instituições de ensino superior que é, igualmente, perversa e, até pouco tempo, naturalizada e não percebida. Trata-se da exclusão de autores e autoras negros/as das bibliografias das disciplinas que tratam da formação social brasileira e das prateleiras das bibliotecas das instituições de ensino superior. Autores e autoras, como por exemplo, Clovis Moura e Lelia Gonzales são invisibilizados. Boicota-se a produção acadêmica de autores/as e intelectuais afro-brasileiros/as, que demonstram que o racismo e o patriarcado são partes constitutivas da formação econômico-social brasileira, pois instituem os elementos estruturais que determinam as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

A população negra é discriminada por meio de um discurso e de práticas estabelecidas pelos dominantes, às quais este segmento da população é constantemente pressionado a se adaptar e se moldar.

Tal prática gera impactos diretos na saúde do indivíduo e no seu rendimento escolar ou laboral, porque as nossas subjetividades não se fazem ao acaso, não são substâncias em si mesmas, ao contrário, são construídas por meio das relações sociais.

Mas, é muito importante ressaltar que esse sofrimento não é vivido sem resistência. O famoso “Quilombo dos Palmares” não foi o único a existir, muito pelo contrário, os quilombos multiplicaram-se pelo Brasil como forma de organização de resistência dos negros/as fugidos do trabalho escravo. Os/as escravizados/as utilizaram diversas estratégias de luta, como fugas, rebeliões, sabotagens e revoltas organizadas, que também fizeram parte da história da escravidão no Brasil. Além disso, a resistência negra também se manifestou na cultura, na religião e na música, como forma de preservar a identidade e a dignidade dos negros/as.

Mas, a resistência negra deixou um legado de ódio e de medo entre os dominantes que perdura até hoje. É comum nos depararmos com críticas às manifestações de denúncia das práticas racistas, como se essas fossem exageradas e raivosas. Sem dúvida alguma, os nossos protestos são movidos por legítimos sentimentos de raiva, revolta e indignação, e seu propósito é lutar contra a tentativa constante e cotidiana de nos desumanizar e de nos inferiorizar. Gostariam que nos comportássemos como as “mães pretas” submissas e dóceis, obrigadas a servir o leite dos seus filhos para os filhos das sinhás, ou como “mulatas” tornadas objeto sexual para atrair o dinheiro dos turistas no carnaval, como denuncia Lelia Gonzales.

Na verdade, os detentores do poder dominante queriam e querem nos extinguir ou nos silenciar. Mas não conseguiram. Atualmente, somos oficialmente a maioria. Apesar das diversas ações que buscaram e buscam abafar e invalidar a história e luta da população negra, que foi forçada ao embranquecimento por meio de políticas eugenistas desenvolvidas pelo Estado e que tem seus jovens cada mais vitimados por uma política genocida, o Brasil, atualmente, possui a maior população negra fora do continente africano, segundo dados do último censo do IBGE (2022).

Lembramos que o período transitório do trabalho escravo para o trabalho assalariado produziu não só um conjunto de políticas que auxiliaram na construção da estrutura racista da sociedade brasileira, mas é também nesse momento histórico que se desenvolveram, de forma científica, as teorias racistas no Brasil. A condição social imposta à parcela negra do proletariado brasileiro nas décadas posteriores à abolição foi essencial à produção do lucro da burguesia emergente, posto que o capitalismo necessita gerar setores mais explorados e pior remunerados da classe trabalhadora, e lhe interessa que essa divisão se internalize na própria classe, que só possuindo sua força de trabalho para vender, o faz em uma situação de competição que se acirra nas condições atuais de desemprego estrutural e precarização das relações de trabalho.

O racismo resulta, portanto, do processo histórico de consolidação de um capitalismo dependente e periférico que, por escolha das classes dominantes brasileiras, atualiza e adensa as formas de produção e reprodução de uma opressão

racial cotidiana, profundamente, naturalizada e estruturante da totalidade das relações sociais.

Porém, como mencionei, a constante discriminação racial sofrida pela população negra no país não foi, e nem é, vivida sem luta e resistência. Durante o período pós abolição, as lutas se seguiram e, a estas, se somaram aliados das batalhas contra a discriminação racial. Mas, foi em 1978, durante o período ditatorial, que essa luta se intensifica, em resposta à crueldade da ditadura militar contra os setores oprimidos e contra todos/as que lutavam pela democracia. Naquele ano, as diversas organizações de movimentos negros se unificaram em torno de uma pauta única.

Desafiando a ditadura, representantes dessas organizações denunciaram nas ruas o preconceito racial e social, a diferença salarial e, sobretudo, combateram o “mito da democracia racial”. Durante a década de 1980, um grupo de mulheres negras se convenceu da necessidade de brandir simultaneamente contra o racismo e o sexismo, já que essas duas formas de opressão se interligam. Elas se organizaram para soltar suas vozes e brigar por espaço de representação, tanto no movimento negro, como no movimento feminista, o que resultou no enegrecimento do movimento feminista e na ampliação do protagonismo das mulheres no movimento negro.



Essas lutas levaram a algumas conquistas importantes. Entre estas, destacamos: a aprovação da lei que define o racismo como crime imprescritível e inafiançável; a política de cotas para estudantes; e a lei que reserva 20% de vagas para negros/negras nos concursos públicos.

O levantamento feito pelo site “Quero Bolsa”, a partir dos dados do IBGE, informa que o número de estudantes negros/as no ensino superior cresceu quase 400% entre 2010 e 2019. Negros e negras totalizam 38,15% dos matriculados. No entanto, o percentual ainda está abaixo de sua representatividade no conjunto da população, que alcança 56%.

Mas, em que pese os desafios colocados, em razão da insuficiência de recursos para a permanência estudantil, bem como as desigualdades regionais e por área de conhecimento, é fato que a universidade pública brasileira está mais negra.

Seu enegrecimento, no entanto, não está relacionado com a diminuição do racismo estrutural da formação social brasileira. Pelo contrário, na universidade pública, estudantes e trabalhadores/as negros/as universitários/as, vivenciam, conforme mencionado, cotidianamente, e, ao que tudo indica, crescentemente, o racismo e o machismo, entre outras formas de opressão.

Nesse sentido, a conquistada política de cotas para estudantes negros/as e de reserva de vagas para concursos públicos para trabalhadores negros/as não esgota os desafios colocados para o enfrentamento das iniquidades raciais.

Ainda que tais políticas constituam uma conquista social e uma das medidas importantes de combate ao racismo e suas mazelas, ressaltamos que o fato da sua implantação ter se dado num contexto de reestruturação neoliberal do Estado brasileiro dificulta a efetivação plena dessas medidas. Ao mesmo tempo, as torna alvo de duros ataques que objetivam sua eliminação, especialmente, neste contexto de avanço da extrema direita e do neofascismo no país.

Lamentavelmente, o avanço das políticas de reparação histórica concretizado na realização de vestibulares que contemplam cotas raciais para estudantes negros/as, bem como na lei que prevê reserva de vaga nos concursos públicos para servidores públicos negros/as, é vivenciada em um cotidiano de precarização das condições de trabalho, franca deterioração da estrutura física das instituições de ensino, baixo financiamento para pesquisa e extensão, ausência de uma política consistente de assistência estudantil, bem como do incremento da privatização, por exemplo, com a existência de cursos pagos e da concessão ao Capital de espaços físicos nos campus. Além disso, as administrações universitárias resistem, permanentemente, a concretizar de forma plena as disposições legais relacionadas à obrigatoriedade de disponibilidade de 20% das vagas para negro/as em concursos públicos.

De acordo com Dennis de Oliveira[3], em todos os países de maioria não branca, o critério racial tem a funcionalidade de sustentação das clivagens sociais.

[3] Autor Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

Sendo assim, a contrarreforma neoliberal se expressa em duas vertentes: criar medidas de contenção de tensões sociais através de políticas compensatórias e intensificar as estruturas de violência com vistas ao extermínio da população negra.

Chamo atenção para um dado demonstrado no Censo da Educação Superior, de 2022. De acordo como o Censo, dos 92.596 docentes: 40.365 se declaram brancos; 2565 pretos; 13.300 pardos; 998 amarelos; 193 indígenas e 35.175 não se manifestaram. O pequeno número de docentes negros, negras e indígenas nas universidades públicas, ao lado do alto número de falta de informação sobre os dados de raça/cor, confirmam o seguinte dado do estudo da Universidade Federal do Vale do São Francisco, realizado em colaboração com o Movimento Negro Unificado (2024). Segundo o levantamento, 74,6% das universidades federais não destinam integralmente as vagas para pessoas negras em seus concursos públicos, como prevê a Lei n. 12.990/14 (Brasil, 2014). Este estudo abrangeu o período entre junho de 2014, quando a lei entrou em vigor, até dezembro de 2022, e seu resultado demonstra que, ainda que a reserva de vagas de 20% seja uma conquista do movimento negro e seja assegurada pela Lei, esta ainda não é, como mencionado, cumprida em sua plenitude no serviço público.

Nesse sentido, a luta pela implementação de medidas relativas ao combate da iniquidade racial e social no Brasil, enquanto parte do projeto de construção de uma universidade efetivamente

pública e de qualidade, voltada para a maioria da população, permanece cada vez mais atual e necessária. O enfrentamento ao racismo no interior das instituições de ensino por meio da luta pelo cumprimento integral da reserva de vagas da Lei de Cotas em Concursos Públicos, da luta pela ampliação da reserva de cotas raciais e por políticas de permanência estudantil são imprescindíveis.

Para fortalecer essa luta, é necessário tomarmos consciência de que esta opressão existe e nos divide, e essa divisão favorece aqueles que querem que a classe trabalhadora brigue entre si para entrar na universidade ou no mercado de trabalho. Quando a negação prevalece, essa realidade é interpretada como decorrência natural e inevitável das desigualdades sociais do Brasil e não se consegue enxergar suas verdadeiras causas.





Essa campanha do ANDES -SN e as lutas unificadas dos movimentos sociais e estudantis em conjunto com o movimento negro ajudam a ampliar a consciência e a buscar superar essa terrível desigualdade social e racial em que vivemos.

Sem dúvida alguma, o sindicalismo brasileiro tem buscado, especialmente, a partir das últimas três décadas, assumir esta pauta. O nosso sindicato, o ANDES-SN, passou a integrar este movimento mais recentemente. Tardamos em compreender a importância da luta pela implementação de medidas relativas ao combate da iniquidade racial e social no Brasil, enquanto parte do projeto de construção de uma universidade pública e de qualidade, voltada para a maioria da população.

Na minha avaliação, a nossa demora em aderir à política de cotas raciais, deve-se, sobretudo, às seguintes razões: a compreensão de que se tratava de uma medida focalizada de cunho neoliberal, dado que sua implantação se deu num contexto de redução do financiamento público para a educação superior e de aumento de financiamento para ensino superior privado; a existência de um distanciamento de grande parcela do movimento docente do movimento negro; bem como à composição social e racial da maioria da vanguarda do movimento docente; e, sobretudo, devido a não compreensão, naquele momento, de que a luta contra o racismo é parte fundamental da luta do conjunto da classe trabalhadora contra a desigualdade social.

Porém, é necessário reivindicar o avanço atual da elaboração e da prática do nosso sindicato com relação à luta contra as opressões, incluindo a luta contra o racismo. Ilustra isso, o importante apoio da direção do sindicato aos/às docentes e estudantes que têm sofrido agressão racial nas instituições, bem como a luta pela ampliação do ingresso de docentes negros/negras nas universidades.

São inúmeros os exemplos deste avanço, conforme atesta esta bela campanha “Por uma universidade antirracista”. Essa campanha, e o conjunto de ações de combate às opressões que temos realizado, nos torna mais próximos das demandas apresentadas por trabalhadores e trabalhadoras e estudantes que ingressam na universidade pública e nas demais instituições de ensino superior, bem como das demandas da maioria da população brasileira.

Por essa razão, considero que devemos fortalecer e priorizar a implementação da medida de vagas para negros/as nos concursos públicos e a luta pela permanência da política de cotas para negros/as. Mas, esta não pode significar simplesmente uma luta por um percentual das poucas vagas hoje existentes.

Devemos intensificar a luta por um projeto de expansão crescente das Universidades Públicas (com garantias de verbas públicas para políticas de permanência estudantil, ampliação das instalações, bibliotecas, laboratórios, pessoal docente e técnico-administrativo) em direção à superação da barreira do vestibular e à garantia de direito de acesso universalizado.

O que, como sabemos, não se resolve unicamente no âmbito da universidade, pois hoje somente cerca de 30% dos jovens que deveriam concluir o ensino médio o fazem, com um percentual ainda menor de negros e negras aí inserido. Ou seja, a universalização do acesso à educação superior, conforme defendemos, tem que começar antes do ensino superior, o que só será possível com garantia de condições de vida e de acesso ao ensino básico para a maioria da população.



Por fim, considero que um dos nossos maiores desafios é realizar debates com esta temática em conjunto com o movimento estudantil e o sindicato dos técnico-administrativos, bem como é preciso avançar em ações solidárias e unificadas como os movimentos negros classistas e combativos.

Certamente, esse é um desafio que deve ser encarado pelo conjunto dos/as ativistas do nosso sindicato. Porém, é importante ressaltar que esta luta só está pautada porque os movimentos negros, há décadas, tem protagonizado um combate social vigoroso ao racismo no nosso país.